




Cotas eleitorais para mulheres: análise bibliográfica da pesquisa científica nas Ciências Sociais

Maria Cecília Eduardo¹ 
 Juliana Inez Luiz de Souza¹ 
 Alzira Ester Angeli¹ 

Introdução

Diversos estudos apontam que impedimentos de ordem cultural, socioeconômica e institucional, como certas características dos sistemas eleitorais e dos partidos políticos, têm contribuído para o quadro mundial do baixo número de mulheres ocupantes de cargos executivos e legislativos, sejam eleitos ou nomeados, e que existe uma crescente preocupação em relação a esse cenário, tanto por parte da sociedade civil quanto nos ambientes acadêmicos (Pateman, 1993; Inglehart e Norris, 2000; Inglehart e Welzel, 2005; Alves e Corrêa, 2009; Álvares, 2008; Araújo, 2009; Speck, 2018; Norris, 2013; Baltrunaitė *et al.*, 2014; McGregor *et al.*, 2017).

Atualmente, não somente no Brasil, mas em quase todo o mundo, o percentual de mulheres em cargos políticos eletivos é muito baixo. Segundo a Inter-Parliamentary Union, a parcela, em nível mundial, de mulheres ocupantes de cargos nas Casas Legislativas é de 24% (IPU, 2019). Fato que mostra os limites do sistema político vigente, uma vez que, como apontam Dahl (2001) e Lijphart (1999), cânones da teoria demo-

crática, a participação de diferentes grupos nos processos político-decisórios é um importante elemento para o desenvolvimento democrático. Portanto, “a sub-representação feminina na política formal implica um déficit democrático ao restringir o acesso igualitário às instituições públicas”¹ (Caminotti; Freidenberg, 2016, p. 122).

Dentro e fora dos partidos e das instituições políticas, a legitimidade adquirida pela perspectiva de necessidade do aumento da participação feminina nos cargos político-decisórios, aliada à pressão constante do movimento de mulheres, fez com que um número grande de países adotasse medidas afirmativas, as cotas eleitorais em particular, visando à alteração desse quadro. Segundo Sacchet (2013), essa medida é articulada a partir de um princípio de igualdade que vai além da ideia de direitos iguais no formato da lei. Ela é norteada pelo princípio que pressupõe a construção das condições necessárias para a efetivação da igualdade que, por sua vez, se consolida por meio de resultados, e não somente a partir de regras formais. Com efeito, vê-se que a igualdade formal tem se mostrado insuficiente na remoção de

1 Tradução das autoras. Texto original: “la subrepresentación femenina en la política formal implica un déficit democrático al restringir el acceso igualitario a las instituciones públicas” (Caminotti; Freidenberg, 2016, p. 122).

¹Universidade Federal do Paraná – Curitiba (PR), Brasil. E-mails: mariaceciliaedu@ufpr.br; jils@ufpr.br; alzira.ester@ufpr.br
 Recebido em: 26/02/2019. Aprovado em: 12/08/2019.

barreiras estruturais, explícitas e implícitas, que dificultam o acesso de pessoas oriundas de certos grupos de caráter minoritário a esferas políticas em que possam ser selecionadas como candidatas a cargos eletivos.

Passados mais de 20 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing², acontecimento impulsor da discussão sobre a importância da equidade de gênero nas instâncias decisórias, a relevância deste artigo consiste em sua tentativa de identificar e avaliar a visão das pesquisas do campo das Ciências Sociais sobre a temática das mulheres, eleições e cotas. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivos: realizar um levantamento dos estudos que abordam a temática, concomitantemente apurar qual avaliação esses estudos fazem da utilização das cotas eleitorais para mulheres e, por fim, identificar quais são os trabalhos mais citados, os principais assuntos, suas semelhanças e diferenças.

As seguintes questões orientaram as nossas análises: em que medida as Ciências Sociais têm estudado as cotas eleitorais para mulheres? Como o campo avalia a efetividade da utilização dessa medida afirmativa para o aumento da participação feminina nos cargos político-decisórios? Quais são os principais trabalhos e autores que abordam a temática das mulheres e eleições?

Materiais e métodos

No balanço preliminar da produção científica do campo das Ciências Sociais no Brasil, percebe-se que os trabalhos acerca das cotas eleitorais para mulheres têm um caráter amplo: tratam da temática feminina

e da política como um todo, sem dar destaque específico à questão das cotas. É claro que as cotas eleitorais para mulheres são abordadas no conjunto de artigos levantados, contudo tais estudos não se dedicam a apresentar uma avaliação da efetividade das cotas diante da necessidade do aumento da participação das mulheres nas arenas legislativas. Por essa razão, decidimos realizar, a partir da base de dados Scopus, uma revisão sistemática da literatura que trata de mulheres, eleições e cotas.

Alguns estudos ilustram a situação apontada, como o artigo de Clara Araújo (2001), “Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes”, no qual a autora faz um apanhado da incorporação das temáticas femininas e feministas nos estudos das Ciências Sociais, mais especificamente da Ciência Política. Nessa seara, outro trabalho relevante é o de Moreira e Barberia (2016), no qual as autoras propõem quatro grandes grupos de estudo para explicar a baixa representação feminina na política formal, sendo as quatro explicações mais estudadas na literatura aquelas relacionadas ao sistema eleitoral, aos partidos políticos, às ambições políticas nascentes e às experiências políticas e ao processo de democratização. Ressaltamos também o trabalho de Beatriz Rodrigues Sanchez (2017), intitulado “Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia”, em que a autora apresenta os principais debates normativos e as pesquisas empíricas a respeito da representação política das mulheres.

Por seu turno, esta pesquisa difere das demais por consistir em uma revisão da literatura disponível na maior base de dados

2 Na conferência, realizada em setembro de 1995, foi firmada a Declaração de Pequim em que 184 governos participantes se comprometeram em adotar medidas de efetivo combate às discriminações e desigualdades relativas às mulheres (ONU Mulheres, 1995).

de trabalhos acadêmicos, a Scopus Elsevier. A proposta foi investigar minuciosamente a produção acadêmica, nas Ciências Sociais, que trata da adoção das cotas como via de ampliação do acesso feminino às esferas legislativas de poder. Além disso, este trabalho se propôs a ser uma contribuição à área da Ciência Política ao sugerir metodologia e técnica de pesquisa recentes — a revisão sistemática da literatura ancorada em recursos bibliométricos — para analisar um aspecto do campo de estudos de gênero e política, entendendo que este é um dos desafios que têm se apresentado para a produção de conhecimento em Ciência Política.

A revisão sistemática é uma forma de pesquisa da bibliografia que utiliza uma base de dados “mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” (Sampaio; Mancini, 2007, p. 84). Esse método permite integrar informações de vários estudos, identificando similaridades e diferenças nas abordagens, assim como aponta possíveis desdobramentos para que se avance nas pesquisas sobre a temática estabelecida. A revisão sistemática também é considerada uma forma de análise da literatura que permite evitar vieses, pois estabelece métodos rigorosos “de busca e seleção de pesquisas; avaliação da relevância e validade das pesquisas encontradas; coleta, síntese e interpretação dos dados oriundos das pesquisas” (Galvão; Sawada; Trevizan, 2004, p. 550). Para tanto, inclui etapas de coleta, seleção justificada dos resultados com critérios de inclusão e exclusão, categorização e avaliação da elegibilidade dos estudos de acordo com os parâmetros definidos na pergunta e nos objetivos da pesquisa.

Outra característica da revisão sistemática que justifica sua escolha é que essa forma

de síntese de informações bibliográficas, por ser temporalmente situada e contar com métodos definidos e descritos “passo a passo”, possibilita a replicabilidade do estudo. Essa forma explícita de pesquisa não só permite agregar um número maior de resultados relevantes, como também viabiliza um resumo dos estudos sobre o tema, possibilitando a vantagem de generalização, em certa medida, dos resultados (Sampaio; Mancini, 2007). Isso promove, ainda, a atualização sobre a temática para pesquisadoras e pesquisadores, “uma vez que sintetiza amplo corpo de conhecimento” (Galvão; Sawada; Trevizan, 2004, p. 550).

A primeira etapa da pesquisa consistiu na escolha da base de dados entre as opções oferecidas pelo *software* bibliométrico VOSviewer, tais como Web of Science, PubMed e Scopus Elsevier. Para cumprir com o objetivo de realizar a revisão sistemática da literatura sobre mulheres, eleições e cotas, decidimos utilizar a maior base de dados de literatura revisada por especialistas, a Scopus Elsevier, considerada o principal banco de dados de resumos e citações de literatura acadêmica, que engloba revistas científicas, livros e documentos conferenciais (Scopus, 2017). Além disso, a base Scopus Elsevier oferta diversas ferramentas de busca e pesquisa que possibilitam a identificação, análise e visualização de gráficos da produção mundial acadêmica em diversas áreas, dentre as quais está o campo das Ciências Sociais. Salienta-se que o *software* VOSviewer foi utilizado por permitir a criação de mapas para análises de redes bibliométricas a partir de documentos e artigos de uma base selecionada (Correa; Machado, 2018).

A identificação das redes de cocitação de autores, por sua vez, foi realizada em razão do interesse da pesquisa em conhecer a es-

trutura da comunidade científica do campo, quem são os seus principais pesquisadores, como os conceitos se difundiram nas Ciências Sociais, como o campo tem se desenvolvido desde os primeiros estudos. Consideramos importante a aplicação do teste de cocitação de autores, pois ele permite identificar a relação entre as citações com base no número de vezes em que elas ocorrem juntas (VOSviewer, 2018), sendo “útil para ajudar a identificar os pilares teóricos e/ou metodológicos (textos seminais) aos quais um campo está ancorado”³ (Walsh; Renaud, 2017, p. 77). Ou, como apontam Grácio e Oliveira (2013, p. 197): “para a compreensão de um domínio, entendido como reflexo de uma comunidade discursiva e do seu papel na ciência”. Assim, é possível fazer inferências porque a frequência com que documentos ou autorias são citados juntos na produção científica aponta como a estrutura do conhecimento sobre certa área é compreendida pelos pesquisadores. Portanto, a frequência de cocitação revela o nível de proximidade entre a autoria citada, mostrando um processo comunicativo e interativo dentro desse domínio do conhecimento (Grácio; Oliveira, 2013).

Além disso, as análises bibliométricas, como é o caso dos testes de cocitação, têm sido utilizadas em revisões sistemáticas de literatura “em uma perspectiva complementar, para ajudar a revisar a literatura de um determinado campo de pesquisa e descrevê-

-la da maneira mais simples possível”⁴ (Walsh; Renaud, 2017, p. 77). Nesse sentido, utilizamos o VOSviewer para gerar o teste bibliométrico de cocitação para auxiliar na identificação de padrões de publicação, facilitando, dessa maneira, a classificação dos artigos analisados. Destacamos que esta pesquisa não foi uma pesquisa bibliométrica, mas sim uma revisão sistemática da literatura, que se apoiou em dados bibliométricos e os utiliza para tornar visualmente claros os achados do estudo.

Escolhidos a base de dados e o tipo de teste a ser aplicado, no dia 16 de julho de 2018, realizamos a busca pelas palavras-chave “woman” (substantivo singular) ou “women” (substantivo plural) e “election” (substantivo singular) ou “electoral” (adjetivo) nos campos: título, resumo ou palavras-chave⁵, obtendo 3.078 resultados. Após essa primeira identificação, fizemos uma segunda busca incluindo os termos “gender quota” ou “gender quotas” para aproximar ao máximo o resultado do nosso objeto de pesquisa, e obtivemos 165 resultados⁶. A drástica queda no número de resultados quando se inclui o termo “cotas de gênero” também apresenta outras características que merecem destaque, como o ano de publicação e a diversidade das áreas temáticas.

No Gráfico 1, observa-se que a participação das mulheres na política aparece em publicações desde o ano de 1932, enquanto as publicações sobre cotas têm o primeiro resultado em 1996. Isso pode ser justificado

3 Tradução das autoras. Texto original: “useful to help identify the theoretical and/or methodological pillars (seminal texts) to which a field is anchored” (Walsh; Renaud, 2017, p. 77).

4 Tradução das autoras. Texto original: “used in a complementary perspective, toward helping to review the literature of a given research field and to describe this as simply as possible” (Walsh; Renaud, 2017, p. 77).

5 Termo de busca utilizado na Scopus: TITLE-ABS-KEY ((woman OR women) AND (election OR electoral)), disponível em: <https://goo.gl/ZM4mm3>. Acesso em: 16 jul. 2018.

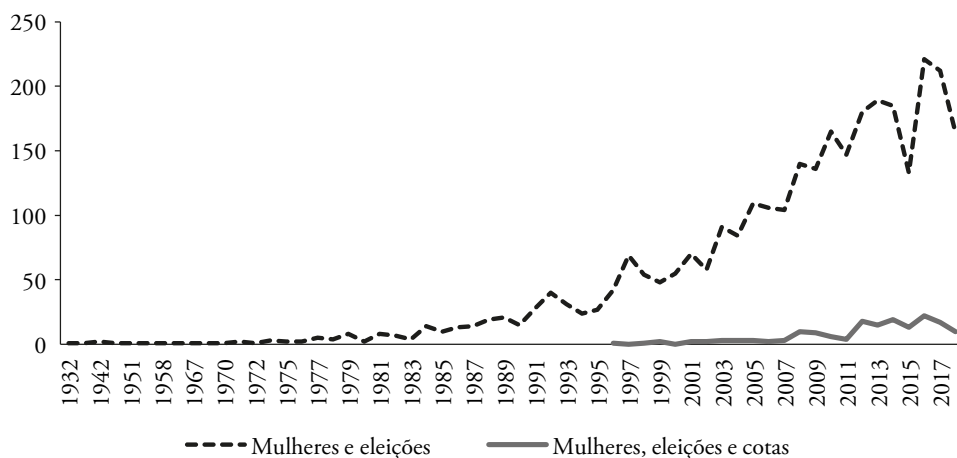
6 Termo de busca utilizado na Scopus: TITLE-ABS-KEY ((woman OR women) AND (election OR electoral) AND (“gender quota” OR “gender quotas”)), disponível em: <https://goo.gl/XgeUuU>. Acesso em: 16 jul. 2018.

pelo histórico da participação das mulheres na política, que se inicia nos anos de 1893 na Nova Zelândia, primeiro país a autorizar o voto feminino, expande-se para os países europeus, entre 1900 e 1930, e aumenta constantemente até 1980, com a aprovação do voto feminino em quase todos os países (Ramirez; Soysal; Shanahan, 1997). Nota-se que, enquanto as cotas para mulheres surgiram em 1970 na Europa Ocidental (Forman-Rabinovici; Sommer, 2018), na Argentina conquistaram caráter legal apenas em 1991 (Caminotti; Freidenberg, 2016).

Aqui cabe uma consideração sobre a escolha das palavras-chave “mulheres”, “eleições” e “cotas”. Compreendemos que o debate sobre eleições é um aspecto dentro do vasto campo de estudos de gênero e política, e que a escolha de outras palavras como

“política”, “justiça”, “democracia”, “princípios democráticos”, “regras institucionais”, “cultura política” poderia trazer resultados importantes da produção acadêmica sobre representação política das mulheres. Contudo, a partir de vários testes de busca que realizamos na base Scopus, o arranjo “mulheres” e “eleições” e “cotas” foi a configuração que apresentou mais informações sobre as cotas e nos permitiu encontrar os achados apresentados no Gráfico 1. Esclarecemos isso apresentando resumidamente a pesquisa que fizemos na Scopus com os termos “mulher(es)” e “política”, em que obtivemos 65.296 resultados, com ano de publicação iniciando em 1909⁷. Porém, ao incluímos os termos “cota(s) de gênero”, os resultados caem para 221, com a primeira publicação datando apenas de 2005⁸.

Gráfico 1 – Ano de publicação dos resultados encontrados nas buscas na base Scopus por *mulheres e eleições e mulheres, eleições e cotas*.



Fonte: com base em Scopus (2018).

7 Termo de busca utilizado na Scopus: TITLE-ABS-KEY ((woman OR women) AND (politics OR policy)), disponível em: <http://bit.ly/2Xup3NF>. Acesso em: 19 abr. 2019.

8 Termo de busca utilizado na Scopus: TITLE-ABS-KEY ((woman OR women) AND (politics OR policy) AND (“gender quota” OR “gender quotas”)), disponível em: <http://bit.ly/2DlbNU4>. Acesso em: 19 abr. 2019.

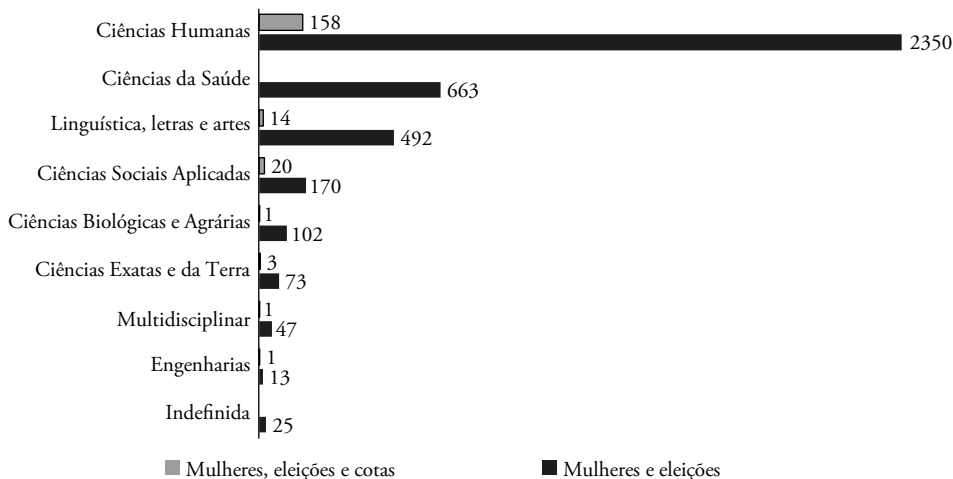
Esclarecemos também que não aplicamos na busca, nenhum filtro temporal ou geográfico, de modo que os resultados obtidos são a totalidade dos artigos existentes na base Scopus Elsevier a partir da busca pelas palavras-chave definidas como critério de pesquisa.

No Gráfico 2, verifica-se que as publicações sobre mulheres e eleições abrangem um grande número de questões, demonstrando como esses estudos examinam ou buscam compreender o impacto que a presença de mulheres nos parlamentos tem nesses diversos contextos. Como afirmam Forman-Rabinovici e Sommer (2018), existe uma “esperança” de que a participação das mulheres na política levante questões e prioridades na agenda pública, chamando a atenção para os

interesses e direitos das mulheres, tais como políticas de Estado de saúde sexual e reprodutiva. Além da crença de que a correção do desequilíbrio na política gera efeitos nas sub-representações em outras esferas.

Os artigos que se preocupam em debater as cotas para mulheres nas eleições têm tido destaque nas áreas das ciências humanas e alguns abrangem as áreas de Artes e Ciências Sociais Aplicadas. Isso exemplifica o que Caminotti e Freidenberg (2016) disseram sobre o crescente interesse em estudar as cotas “por parte da literatura especializada, organizações internacionais e formuladores de políticas públicas [...] de acadêmicos e ativistas dedicados ao tema” (Caminotti; Freidenberg, 2016, p. 122). Os estudos, em

Gráfico 2 – Áreas Temáticas* dos resultados encontrados nas buscas na base Scopus por *mulheres e eleições e mulheres, eleições e cotas*.



*Denominamos como “áreas temáticas” a classificação “*subject area*” feita pela Scopus das publicações de seu banco de dados por área de assunto do título da revista, podendo o mesmo título pertencer a mais de uma área temática (Scopus, 2019).

Fonte: com base em Scopus (2018) e na classificação da Tabela de Áreas de Conhecimento da Capes, disponível em: <<https://goo.gl/ed1P5z>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

9 Tradução das autoras. Texto original: “por parte de la literatura especializada, los organismos internacionales y los hacedores de políticas públicas [...] de las académicas y activistas dedicadas al tema” (Caminotti; Freidenberg, 2016, p. 122).

geral, veem as cotas como um mecanismo de “solução acelerada” que, se for aplicado corretamente, pode aumentar o número de mulheres eleitas (Górecki; Kukołowicz, 2014).

Da leitura dos resumos dos 165 artigos encontrados, percebemos que um grande número deles tinha os termos da pesquisa no título, resumo ou palavras-chave, mas não tratava especificamente de cotas para mulheres. Muitos desses artigos tinham como foco as candidaturas de homens, apenas citando as cotas para mulheres como uma variável nas eleições analisadas. Nesse sentido, para alcançarmos resultados mais próximos do nosso objetivo, refinamos a busca incluindo a palavra *female*¹⁰ e obtivemos 56 resultados. Além dessa etapa de seleção, outras duas etapas foram executadas, limitando os resultados apenas à área de Ciências Sociais¹¹ e aos artigos¹², chegando a 34 resultados.

Com o intuito de identificar quais artigos seriam elegíveis para a revisão da literatura proposta, analisamos todos os 34 artigos e identificamos que, de fato, 33 deles continham avaliações das Ciências Sociais sobre as cotas para mulheres nas eleições. O artigo “Disparidades de gênero en la cobertura mediática de campañas electorales locales en México” (Rodelo, 2016) foi excluído do *corpus* da pesquisa por não tratar de cotas para mulheres, mas ser uma análise da cobertura eleitoral da campanha do município de Jalisco para “determinar se houve diferenças de gênero no volume de cobertura das primeiras campanhas em que se

aplicou o princípio da paridade de gênero no México” (Rodelo, 2016, p. 87).

Por fim, cumpridas essas etapas, foram selecionados 33 artigos, que foram analisados quantitativa e qualitativamente na revisão sistemática da literatura proposta neste trabalho. Os procedimentos de identificação, seleção e elegibilidade dos artigos estão apresentadas de forma sintética no Fluxograma 1.

Resultados

A primeira análise efetuada com os metadados dos 33 artigos foi o teste de cocitação de autores com base na bibliografia dos artigos selecionados no *software* bibliométrico VOSviewer. Definimos como métrica para o teste uma contagem total dos resultados que apresentavam, no mínimo, dez citações de uma referência citada de um autor. Do total de 1.218 autores, apenas 21 corresponderam ao critério, os quais estão apresentados na Tabela 1 em ordem crescente da força total da ligação entre as citações.

O Gráfico 3 mostra a rede da ligação entre os autores citados, formando dois *clusters*: o vermelho, formado por 11 autores (Baldez, Caul, Inglehart, Jones, Kunovich, Matland, Norris, Paxton, Rule, Schwindt-Bayer e Studlar); e o verde, por 10 autores (Childs, Dahlerup, Duflo, Franceschet, Hughes, Kitilson, Krook, Lovenduski, Phillips e Tripp). Destacamos que as cores apresentadas são aleatórias, representando apenas a separação dos agrupamentos identificados pelo VOS-

10 Termo de busca utilizado no Scopus: TITLE-ABS-KEY ((woman OR women) AND (election OR electoral) AND (“gender quota” OR “gender quotas”) AND female), disponível em: <https://goo.gl/hpqEUR>. Acesso em: 16 jul. 2018.

11 Termo de busca utilizado na Scopus: TITLE-ABS-KEY ((woman OR women) AND (election OR electoral) AND (“gender quota” OR “gender quotas”) AND female) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA, “SOC1”)).

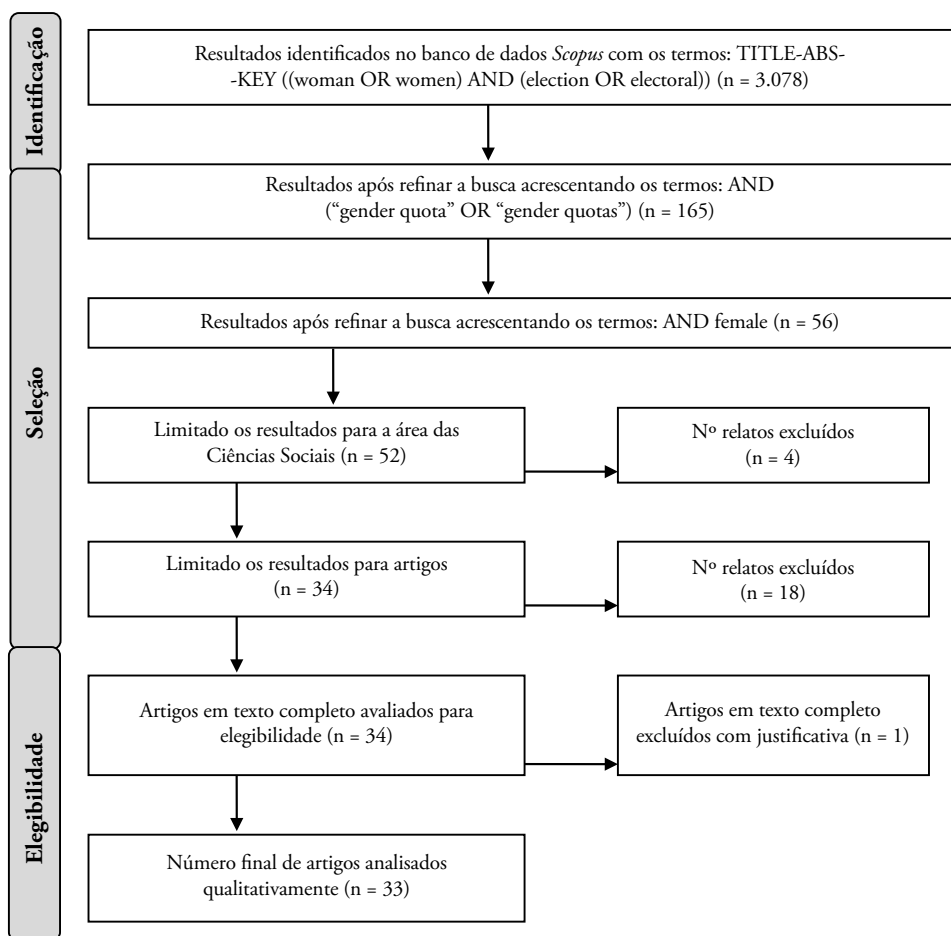
12 Termo de busca utilizado na Scopus: TITLE-ABS-KEY ((woman OR women) AND (election OR electoral) AND (“gender quota” OR “gender quotas”) AND female) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA, “SOC1”)) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, “ar”)).

viewer. Esclarecemos também que cada círculo representa uma autoria e que seu tamanho simboliza a quantidade de citações que recebeu. Dessa maneira, pode-se perceber visualmente as duas grandes áreas dos estudos sobre as cotas femininas para eleições.

Tendo como unidade de análise os autores, pelo teste de força de associação percebe-se que a autora mais representativa para os estudos de cotas tem sido Pippa Norris.

Os estudos de Norris são os mais citados do *cluster* vermelho e ela também é o grande elo entre os dois *clusters*. A autora, além de pesquisar a temática gênero na política, tem diversos trabalhos, em sua maioria comparativos, sobre opinião pública, eleições, cultura, instituições políticas e comunicação política. Suas pesquisas mais recentes abordam as tendências contemporâneas dos processos democráticos (Norris, 2019). Em uma de

Fluxograma 1 – Identificação, seleção e elegibilidade de artigos para a revisão bibliográfica.



Fonte: com base no modelo PRISMA 2009 (Moher *et al.*, 2009) e em Scopus (2018).

Tabela 1 – Número de citações e força total da ligação entre as citações obtidos a partir do teste de cocitação de autores com base na bibliografia dos artigos das Ciências Sociais sobre cotas para mulheres.

Autor	Citações	Força total da ligação
Norris, P.	55	892
Matland, R. E.	30	538
Krook, M. L.	40	532
Lovenduski, J.	35	511
Inglehart, R.	15	340
Jones, M. P.	22	330
Schwindt-bayer, L. A.	17	299
Dahlerup, D.	23	293
Paxton, P.	16	291
Rule, W.	12	259
Studlar, D. T.	11	239
Franceschet, S.	17	199
Kittilson, M. C.	10	197
Childs, S.	15	182
Caul, M.	11	167
Hughes, M. M.	10	163
Phillips, A.	10	161
Tripp, A. M.	13	155
Baldez, L.	10	142
Duffo, E.	10	137
Kunovich, S.	10	127

Fonte: com base nos resultados do teste feito no VOSviewer.

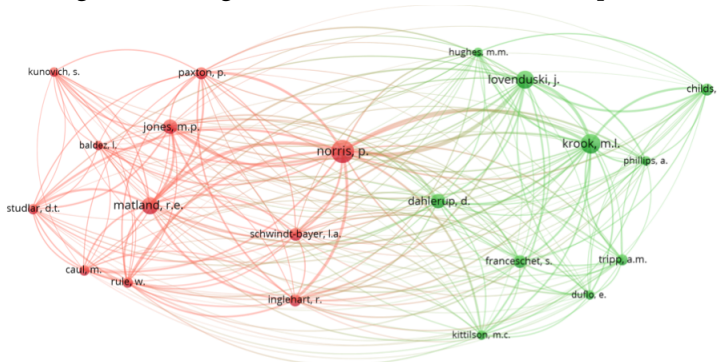
suas publicações, Norris (2006) aprofunda a discussão sobre os efeitos das cotas eleitorais e analisa seu impacto de curto prazo, apresentando três grupos de resultados em relação à participação feminina:

- países que mostram um grande crescimento no número de mulheres eleitas após a implementação da medida, sendo a Argentina um dos exemplos;
- países que apresentaram um crescimento modesto, como o Peru e a Bélgica;
- países que atingiram um crescimento mínimo na eleição de mulheres, como é o caso do Brasil.

No texto, é ressaltado como a eficácia das cotas depende de vários fatores, tais como, por exemplo, o sistema eleitoral, o tipo de lista partidária, a existência do mandato de posição, a punição aos partidos que deixam de cumprir a lei, entre outros.

A segunda autora mais citada, Mona Lena Krook, é a principal do *cluster* verde. Suas pesquisas exploram a difusão global e o impacto das cotas eleitorais para as mulheres, bem como o crescente fenômeno global de violência contra as mulheres na política

Gráfico 3 – Rede de cocitação de autores com base na bibliografia dos artigos das Ciências Sociais sobre cotas para mulheres.



Fonte: com base em Scopus utilizando o *software* VOSviewer.

(Krook, 2019). Krook (2010), em seu livro *Quotas for women in politics: gender and candidate selection reform worldwide*, também detalha o processo de implementação das cotas e frisa a importância da maneira como ele foi realizado para que resultados satisfatórios fossem atingidos. Um exemplo analisado pela autora é a implementação da medida na Argentina e na França, países com percentuais de participação feminina similares antes das cotas e, também, com debates sobre a necessidade de inclusão de cotas legislativas para as candidatas. Foi mostrado que o caso argentino teve um resultado satisfatório devido a um processo de implementação harmonioso e articulado, enquanto o caso francês teve um processo marcado pela falta de articulação, o que resultou em um discreto aumento da participação feminina na política francesa.

Observa-se, na Tabela 2, a segregação dos artigos em razão da metodologia utilizada pelos seus autores. Praticamente metade das pesquisas (16) utiliza métodos quantitativos, com ou sem a aplicação de testes estatísticos; e o restante (16), metodologia qualitativa, descritiva ou comparada, com ou sem a utilização de dados. Apenas o artigo dos autores Wylie e Dos Santos (2016), “A law on paper only: electoral rules, parties, and the persistent underrepresentation of women in Brazilian Legislatures”, utilizou as duas abordagens metodológicas. Na parte quantitativa, os autores utilizaram dados sobre participação das mulheres na política brasileira para a realização de testes estatísticos multivariados e, na parte qualitativa, aplicaram entrevistas com candidatas, líderes de partidos, ativistas e burocratas sobre as cotas no Brasil, além de terem observado convenções partidárias estaduais.

Na análise dos 33 artigos, identificamos que em 26 foi realizada, de fato, alguma avaliação da efetividade das cotas eleitorais para mulheres por parte da autoria. Os demais artigos ou não avaliam o tema, ou somente

citam as cotas eleitorais para mulheres, sem aprofundamento da questão. Do total das avaliações identificadas, definimos por classificá-las de acordo com os apontamentos feitos sobre a efetividade das cotas. A maioria, 23 artigos, avalia a medida como efetiva, e todas as autorias ressaltam que bons resultados podem ser alcançados se as cotas eleitorais para mulheres forem combinadas com outros elementos favoráveis, como, por exemplo, o funcionamento dos sistemas partidário e eleitoral. Por outro lado, três artigos avaliam as cotas como não efetivas, destacando o fato de que têm efeitos limitados, são usadas como estratégia partidária e reduziram a vantagem das mulheres por aumentar a concorrência.

Discussão

Nesta seção, discutimos, com base nos artigos analisados, qual é a avaliação das pesquisas do campo das Ciências Sociais sobre as cotas eleitorais para mulheres enquanto medida, efetiva ou não, para o aumento da representação feminina na política.

Portanto, primeiramente esclarecemos que os sete artigos classificados como “não fazem avaliação” sobre as cotas foram assim categorizados por não apresentarem qualquer avaliação sobre a efetividade da medida. Esse é o caso do artigo “Ethnic identity and gender in pluralist Perú” (Tartakoff, 2016), que trata da vivência etnográfica da autora no Peru e apresenta três trechos de entrevistas feitas que citavam a medida. Um dos trechos expressa posicionamento contrário à medida e consiste na fala da professora de Direito e Ciência Política da Universidade de Lima, María de los Angeles Murillo, que acredita que o país teria a mesma representação de mulheres no parlamento a despeito das cotas. As outras duas entrevistadas, a ministra de Mulheres e Populações Vulneráveis Marcela Huaita e a deputada María Soledad

**Tabela 2 – Metodologia e avaliação das cotas
presentes nos artigos analisados em ordem cronológica decrescente.**

	Título do artigo	Autoria	Metodologia	Avaliação das cotas
1	Reproductive health policy-makers: Comparing the influences of international and domestic institutions on abortion policy	Forman-Rabinovici; Sommer (2018)	Quantitativa	Não efetiva
2	A Law on Paper Only: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures	Wylie; Dos Santos (2016)	Ambas	Efetiva
3	Electoral Federalism, the Federalismo electoral, fortaleza de las cuotas de género y representación política de las mujeres en los ámbitos subnacionales en Argentina y México	Caminotti; Freidenberg (2016)	Quantitativa	Efetiva
4	Intersectional institutions: Representing women and ethnic minorities in the British Labour Party	Krook; Nugent (2016)	Qualitativa	Efetiva
5w	Why Quotas Are Needed to Improve Women's Access to Services in Clientelistic Regimes	Benstead (2016)	Quantitativa	Efetiva
6	Ethnic Identity and Gender in Pluralist Perú	Tartakoff (2016)	Qualitativa	Não faz
7	Federalism and Women's Representation: Do Federations have more Women Legislators than Centralized States?	Stockemer; Tremblay (2015)	Quantitativa	Efetiva
8	The micropolitics of reform: gender quota, grassroots associations and the renewal of local elites in Morocco	Berriane (2015)	Qualitativa	Efetiva
9	Women's Political Engagement Under Quota-Mandated Female Representation: Evidence From a Randomized Policy Experiment	Clayton (2015)	Qualitativa	Não efetiva
10	Gender quotas, candidate background and the election of women: A paradox of gender quotas in open-list proportional representation systems	Górecki; Kukołowicz (2014)	Quantitativa	Não efetiva
11	Beyond quotas: Strategies to promote gender equality in elected office	Krook; Norris (2014)	Qualitativa	Não faz
12	Will legislative gender quotas increase female representation in Ireland? A feminist institutionalism analysis	Buckley; Mariani; White (2014)	Qualitativa	Efetiva
13	La importancia de las instituciones y la organización de las mujeres: El cumplimiento de la cuota de género en las elecciones federales Mexicanas de 2012	Cabrera; Cerna (2014)	Qualitativa	Efetiva
14	Who benefits from gender quotas? Assessing the impact of election procedure reform on Members of Parliament's attributes in Uganda	Josefsson (2014)	Quantitativa	Efetiva
15	Gender quotas, democracy, and women's representation in Africa: Some insights from democratic Botswana and autocratic Rwanda	Bauer; Burnet (2013)	Qualitativa	Efetiva
16	Impact of female legislators on support for honest government	Chen (2013)	Quantitativa	Efetiva
17	Gender and politics: The relevance of gender on judgements about the merit of candidates and the fairness of quotas	Santos; Amâncio; Alves (2013)	Quantitativa	Não faz
18	The gendered division of labor in assignments to political committees: Discrimination or self-selection in Danish local politics?	Baekgaard; Kjaer (2012)	Quantitativa	Não faz
19	Why Are Gender Quotas Adopted? Party Pragmatism and Parity in France	Murray; Krook; Opello (2012)	Qualitativa	Efetiva
20	The alternative incumbency effect: Electing women legislators in Indonesia	Shair-Rosenfield (2012)	Quantitativa	Efetiva
21	Cuotas de género, leyes electorales y elección de legisladoras en América Latina	Jones; Alles; Tchintian (2012)	Quantitativa	Efetiva

Continua...

Tabela 2 – Continuação.

	Título do artigo	Autoria	Metodologia	Avaliação das cotas
22	Moving towards gender parity: Female representation in national legislatures, 2001 and 2011	Adams (2011)	Quantitativa	Efetiva
23	The will to political power: Rwandan women in leadership	Kantengwa (2010)	Qualitativa	Efetiva
24	Making quotas work: The effect of Gender quota laws on the election of women	Schwindt-Bayer (2009)	Quantitativa	Efetiva
25	Twenty-nine per cent women councillors after a mere 100 years: Isn't it time to look seriously at electoral quotas?	Game (2009)	Qualitativa	Efetiva
26	The last obstacles on the way towards gender-parity in the Belgian regional elections	Pilet; Fiers (2008)	Qualitativa	Efetiva
27	Ticket-balancing in mixed-member proportional systems. Comparing sub-national elections in Germany	Hennl; Kaiser (2008)	Quantitativa	Efetiva
28	No (parliamentary) gender gap please, we're British	Allen; Dean (2008)	Qualitativa	Não faz
29	The global impact of quotas: On the fast track to increased female legislative representation	Tripp; Kang (2008)	Quantitativa	Efetiva
30	From Civil Society to Civil Servants: Women's Organizations and Critical Elections in Croatia	Irvine (2007)	Qualitativa	Efetiva
31	Electorally threatening women? Understanding gender quotas in the French socialist party	Opello (2006)	Qualitativa	Não faz
32	Implementation of political party gender quotas: Evidence from the German Länder 1990-2000	Davidson-Schmich (2006)	Quantitativa	Não faz
33	Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política	Araújo (2005)	Qualitativa	Efetiva

Fonte: com base em Scopus (2018).

Pérez Tello são favoráveis à medida por entenderem que as cotas asseguram o aumento da presença de mulheres no governo. Mesmo com apontamentos interessantes feitos pelas mulheres entrevistadas, a autora não fez um balanço ou consideração sobre as cotas, afirmando apenas que, em um país multiétnico como o Peru, ser mulher não é um obstáculo para assumir espaços de poder.

Essa ausência de avaliação também acontece no trabalho de Santos, Amâncio e Alves (2013), que questionam o argumento do mérito, muitas vezes levantado pelos(as) críticos(as) da implementação das cotas. O artigo apresenta uma retomada teórica da medida, mas não há menção sobre a sua

eficácia ou não no modelo de investigação proposto. O mesmo acontece no texto de Baekgaard e Kjaer (2012), que trata sobre as cotas eleitorais somente para introduzir seu objeto de pesquisa: a participação feminina nos comitês municipais da Dinamarca. Já Allen e Dean (2008), em sua proposta de um modelo de sistema eleitoral que garanta um número equivalente de homens e mulheres na House of Commons britânica, também não fazem uma avaliação direta da efetividade das cotas femininas. No caso dos artigos de Davidson-Schmich (2006) e Opello (2006), o foco são as cotas de gênero nos partidos políticos. O primeiro tem como objeto os partidos da Alemanha na década de

1990, utilizando estudos sobre cotas a fim de criar variáveis para analisar a eficácia das cotas partidárias, tendo como resultado que as características culturais de atrizes e atores políticos, e não apenas os aspectos estruturais do sistema político, são os principais responsáveis pelo sucesso ou fracasso da medida. Já o segundo estudo analisa o Partido Socialista Francês, escolhido por ter ações positivas para mulheres e representação efetiva nas instituições políticas do país, concluindo que a sigla demonstrou resposta à solicitação de cotas partidárias quando teve incentivos e pressões eleitorais para uma melhor representação das mulheres, como foi o caso da lei nacional de paridade de gênero nas eleições.

Como já mencionado, do total de artigos analisados, 23 avaliam a medida como efetiva. Nessa linha, Buckley, Mariani e White (2014) argumentam que o sistema eleitoral interage com fatores culturais para determinar as oportunidades de candidatura feminina e sugerem que o maior desafio para a implementação efetiva das cotas legislativas de gênero são mecanismos informais, tais como culturas partidárias masculinizadas, legados sociais de gênero e regras informais preexistentes. O mesmo argumento é pontuado por Jones, Alles e Tchintian (2012), que afirmam que as leis de cotas de gênero são uma ferramenta indispensável para países que desejam aumentar drasticamente a presença de mulheres em suas legislaturas. Porém, a legislação de cotas deve ser bem projetada. Tanto que, apesar de ressaltarem o aumento da probabilidade de eleição feminina em sistemas de representação proporcional com listas fechadas, os autores afirmam que, independentemente do tipo de lista, a presença de leis de cotas bem projetadas resulta, em média, em uma porcentagem significativamente maior de mulheres legisladoras eleitas se comparada aos casos em que

essa regulamentação está ausente. O desenho das cotas também é abordado por Caminotti e Freidenberg (2016), que propõem um índice para avaliar a força das cotas composto por cinco variáveis (tamanho da cota, mandato de posição, *enforcement*, alcance e válvula de escape). As autoras aplicam o índice para analisar as cotas da Argentina e do México, concluindo: que o desenho institucional afeta as eleições subnacionais de forma diferente nos dois países — quanto maior a força da cota, maior é a proporção de mulheres eleitas (caso da Argentina); e que cotas fracas, com ambiguidades na lei que dão espaço para manobras das elites partidárias na seleção de candidaturas, não privilegiam as mulheres (caso do México).

No artigo de Stockemer e Tremblay (2015), eles afirmam que, para além do desenho das cotas e do tipo de sistema eleitoral, uma lacuna dos estudos sobre representação feminina está em não avaliar o impacto da estrutura do Estado. Por meio de testes estatísticos comprovam, em sua amostra, que a proporção de mulheres nos parlamentos das federações é maior do que em democracias unitárias ou semifederais. As federações também se mostraram mais propensas a implementar leis de cotas e a oferecer oportunidades para as mulheres se envolverem na política. Os autores também elencaram outros fatores que impactam positivamente na representação das mulheres nos parlamentos, tais como: o nível de desenvolvimento do país; o ano em que a primeira mulher foi eleita; o sistema eleitoral proporcional; a participação das mulheres no mercado de trabalho e as cotas legalmente vinculativas.

Josefsson (2014) alerta para um achado instigante ao pesquisar de que maneira a reforma eleitoral ocorrida na Uganda impactou no perfil das mulheres eleitas para os assentos reservados, os quais eram

preenchidos por mulheres escolhidas por pequenos colegiados e passaram a ser ocupados pelas candidatas eleitas por meio do voto universal. Acreditava-se que essa mudança no processo de escolha resultaria em parlamentares com um perfil mais distante da elite política e também mais engajadas nas questões de interesse feminino. Porém, observou-se o contrário. As parlamentares eleitas pelo voto universal, em comparação às indicadas pelos colegiados, apresentaram um perfil muito similar ao da elite política e eram pouco compromissadas com a agenda feminina. Tal resultado pode, como especula a autora, mostrar real falta de interesse com as questões femininas ou que as parlamentares acreditam não ser necessário mencionar o comprometimento com a causa, uma vez que isso já estaria implícito na sua presença no parlamento. O importante é notar como os efeitos dessa medida podem ser diversos e, até mesmo, contraditórios, pois ao mesmo tempo em que houve ampliação da escolha das representantes, estas acabaram se distanciando mais do perfil do eleitorado. Além disso, os achados apontam para a complexa discussão sobre a representação política, visto que a presença de mulheres no Parlamento não significou necessariamente um maior debate sobre as questões direcionadas a elas.

Nessa linha de responsividade de parlamentares eleitas pelas cotas de gênero, Bensead (2016) analisou os casos de dois países de regimes autoritários, Marrocos e Argélia, para examinar o efeito das cotas na capacidade de resposta clientelista às mulheres. Por intermédio de *survey* e entrevistas qualitativas, ela concluiu que as candidatas eleitas por cotas são mais receptivas às mulheres e suas demandas do que parlamentares eleitos(as) sem cotas. Assim como as preocupações com o gênero feminino são menos pro-

váveis de afetar a legislação na obtenção de bens públicos e serviços, sendo as mulheres mais propensas a sofrer com a corrupção e a ineficiência burocrática. Nesse sentido, a autora reforça a importância de estudos sobre o impacto das cotas na capacidade de respostas as demandas, principalmente em sociedades autoritárias e patriarcais.

As variáveis de cunho cultural, apontadas como de grande importância para a discussão, constituem um dos fatores de considerável destaque nos textos. Cabrera e Cerna (2014), por exemplo, utilizam a cultura política das organizações partidárias para explicar a maneira como o critério de gênero opera na promoção política das mulheres, destacando a lógica elitista e as redes de poder que se esforçam para relegar as mulheres a áreas de pouca possibilidade de influência política. Além disso, as autoras ressaltam a importância do ativismo feminino para que as cotas sejam de fato efetivas. Esse ponto é ressaltado também por Bauer e Burnet (2013), que mostram o quanto a forte mobilização do movimento de mulheres é fundamental para o sucesso da adoção de cotas eleitorais de gênero e para a conscientização dos ganhos potenciais da maior presença feminina na política.

Vale citar uma limitação importante apontada por Krook e Nugent (2016), de que as cotas voltadas apenas para mulheres tendem a beneficiar grupos dominantes, do mesmo jeito que as cotas para minorias favorecem homens dos grupos minoritários. Sendo assim, é preciso pensar como as opressões são inter-relacionadas (como gênero, classe e raça) e como as cotas específicas acabam criando hierarquias e competições entre as minorias na seleção de candidaturas. Nesse sentido, as autoras também reforçam a necessidade de pesquisas com abordagens mais estruturais, que levem em consideração as es-

truturas e instituições ligadas às identidades politizadas e organizadas. O mesmo é frisado por Benstead (2016), que afirma a importância de pesquisas que cruzem gênero com outras identidades, mostrando como essa relação afeta o capital homófilo — as redes com pessoas semelhantes a elas em questões como religião, *status* socioeconômico, etnia, entre outras — na prestação de serviços, participação e elegibilidade.

Duas das pesquisas abordadas sugerem uma ligação com o número de mulheres nos Parlamentos e o nível de corrupção. Uma delas, realizada por Chen (2013), oferece evidências de que a presença de mulheres parlamentares, aparentemente, tem efeito negativo no nível de corrupção. Obviamente a pesquisa tem suas limitações, como, por exemplo, a ausência de países em desenvolvimento nos casos estudados¹³. Já a pesquisa de Benstead (2016), feita com base em países de regime autoritário, demonstra que as mulheres são excluídas das redes clientelistas e corruptas, podendo explicar por que as mulheres são menos corruptas.

Por outro lado, três artigos avaliam as cotas como não efetivas: Clayton (2015) aponta o fato de estarem sendo usadas mais como estratégia partidária e menos como instrumento de aumento do acesso feminino aos cargos político-decisórios. E as autoras Forman-Rabinovici e Sommer (2018) ainda reforçam, de acordo com os resultados encontrados em sua pesquisa, que a expectativa de influência das cotas no campo dos direitos das mulheres, especificamente nos direitos reprodutivos, não é uma “aposta certa”, principalmente porque na maioria dos países analisados a

implementação de cotas não foi seguida de mudanças políticas nessas áreas. Além disso, como ressaltam Górecki e Kukołowicz (2014), em sistemas proporcionais com lista aberta, as cotas de gênero podem, paradoxalmente, reduzir a vantagem (potencial) das mulheres devido ao seu *status* de minoria, especialmente se o tamanho da cota é grande.

Já Berriane (2015), em sua pesquisa etnográfica com três candidatas às eleições dos conselhos locais do Marrocos, mesmo considerando as cotas efetivas, dá destaque às normas e às hierarquias patriarcais que podem ser reproduzidas e reforçadas pelas cotas. A autora identificou que o aumento da participação de mulheres na política promovida pelas cotas foi seguido do reforço das representações de gênero machistas de que o espaço público é reservado aos homens e o espaço privado, às mulheres. Não apenas na campanha as mulheres apresentavam suas candidaturas, em sua maioria, em reuniões em espaços privados, sendo os espaços públicos dominados por homens, assim como após eleitas as mulheres foram preteridas para cargos secundários e pouco significativos. Outro apontamento interessante presente no artigo diz respeito aos discursos utilizados pelas candidatas que basearam suas campanhas no fato de serem mulheres e representantes de uma associação. Essas falas, com o intuito de demarcar uma renovação na política, reforçam a divisão entre mulheres e homens, reproduzindo o estereótipo de gênero, sendo mais grave o caso do enaltecimento das associações que acabam por deslegitimar os partidos e, conseqüentemente, as práticas democráti-

13 Os países estudados foram: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Taiwan.

cas destinadas ao processo de abertura do regime monárquico do país.

Entre os trabalhos analisados, cinco apresentam as cotas como uma medida eficiente, mas com efeitos muito limitados (Murray; Krook; Opello, 2012; Wylie; Dos Santos, 2016, Hennl; Kaiser, 2008; Caminotti; Freidenberg, 2016; Cabrera; Cerna, 2014). Essas pesquisas enfatizam que a introdução da medida resultou em elevação acentuada do número de candidatas femininas, mas o aumento do número de deputadas ainda tem sido pouco significativo. Seguindo essa linha, Murray, Krook e Opello (2012), abordando a centralidade e a importância dos partidos políticos, tanto no processo de implementação quanto na fomentação da medida, propõem um modelo chamado de “pragmatismo partidário” para explicar a motivação real que faria com que as elites partidárias, predominantemente masculinas, apoiassem uma medida como as cotas eleitorais. Para as autoras, essa seria uma ação racional dos partidos no intuito de maximizar seus lucros e diminuir suas perdas. Esse mesmo pragmatismo é apontado por Araújo (2005), que o utiliza, no entanto, para explicar o motivo da preferência dos partidos por homens nas eleições a cargos majoritários e também na alocação de recursos partidários. Ou seja, os partidos escolheriam investir mais nas campanhas masculinas por entenderem que elas teriam mais chances de conquista de cadeiras. É válido ressaltar como os partidos são apresentados como uma das peças-chave na efetividade (ou não) das cotas eleitorais.

Para finalizar, retomando as referências que não apresentaram uma avaliação da medida, frisamos que, apesar de a presente proposta ser um levantamento bibliométrico que tem como foco as cotas eleitorais, é

de conhecimento que elas não são a única medida impulsionadora da participação feminina na política. Conforme afirmado por Krook e Norris (2014), focar somente nas cotas como via de acesso feminino à política acaba obscurecendo uma gama de alternativas que também têm por finalidade aumentar o número de mulheres nos cargos eletivos — programas de treinamento sobre a dinâmica eleitoral; redes de financiamento coletivo; programas de capacitação às mulheres aspirantes e ocupantes de cargos políticos; fortalecimento de grupos de mulheres dentro dos partidos, em resumo, instrumentos que estimulem e facilitem a participação da mulher nas atividades políticas. Porém, em contraste com a extensa literatura sobre cotas, pesquisas relacionadas a essas medidas alternativas ainda são escassas. Um dos motivos apontados seria o impacto indireto que as demais medidas, se comparadas com as cotas, teriam sobre o processo de seleção de candidaturas, o que dificultaria a coleta de dados. Apesar dos poucos trabalhos que abordam esse tema, as autoras afirmam que, nos países que têm cotas, a adoção de estratégias adicionais pode servir como um importante complemento, aumentando o número de mulheres candidatas e promovendo uma transformação social sobre a participação feminina na política.

Conclusão

Este artigo teve como objetivo apresentar uma revisão sistemática da literatura sobre o tema das cotas eleitorais para mulheres, em uma visão global da produção na área das Ciências Sociais, a partir dos estudos existentes na maior base de dados disponíveis, a Scopus Elsevier.

A partir do debate sobre a necessidade do aumento da participação feminina

nos cargos político-decisórios, inclusive com a adoção, em nível mundial, de ações afirmativas para além da ideia de direitos iguais na forma da lei, buscou-se descobrir em que medida as Ciências Sociais têm estudado as cotas eleitorais para mulheres. Outras questões também nortearam as nossas análises: como o campo de conhecimento avalia a efetividade da utilização das cotas eleitorais para o aumento da participação das mulheres nas esferas de decisões políticas? Quais são os principais trabalhos e autores que abordam a temática das mulheres e eleições?

O balanço da produção científica brasileira contemplada neste estudo em particular, mostrou que os trabalhos têm um caráter amplo, abordando a temática das mulheres e da política como um todo, sem dar destaque específico à questão das cotas, mesmo porque tais estudos não têm como finalidade apresentar uma discussão avaliativa das mesmas.

Após o mapeamento dos trabalhos existentes na base Scopus, foi possível observar, com base na literatura acadêmica mundial, quando surgem as discussões sobre a participação política feminina e como se desenvolve a questão da necessidade das cotas eleitorais para mulheres. A pesquisa exibiu também a identificação, a partir dos *clusters*, das autoras e dos autores que têm se destacado nos estudos sobre mulheres, eleições e cotas.

A revisão sistemática da literatura revelou que as cotas para mulheres têm sido, no geral, efetivas em se tratando do aumento da presença feminina na política. Os estudos ressaltam, porém, que fatores de ordem institucional, social e cultural influenciam diretamente nesse resultado. Regras eleitorais — tais como lista fechada com alternância dos sexos, sanções aos partidos que não cum-

prem as cotas e, até mesmo, processos de recrutamento partidário mais institucionalizados e transparentes — intervêm de maneira positiva na maior participação das mulheres em pleitos eleitorais. Por outro lado, a divisão desigual das atividades domésticas e os estereótipos tradicionais da atuação feminina na sociedade ainda são entraves que dificultam o acesso e a atuação feminina nos cargos políticos.

Por fim, entendemos que futuras pesquisas podem avançar na temática das cotas eleitorais para mulheres, principalmente em duas vertentes de estudo. A primeira, como apontado por Benstead (2016) e Krook e Nugent (2016), trataria do cruzamento do gênero com outras identidades, na busca por compreender como, além da identificação como mulher, as outras identidades de raça, etnia, religião, entre outras, podem influenciar a participação feminina nos processos político-decisórios e na elegibilidade eleitoral. A segunda consideraria os efeitos que os diferentes tipos de desenho de cotas têm, como proposto por Caminotti e Freidenberg (2016), a partir do uso de um índice de força da cota, composto por variáveis de tamanho da cota, mandato de posição, *enforcement*, alcance e válvula de escape, bem como a sua relação com a percepção e o interesse dos partidos políticos na candidatura de mulheres.

Consideramos que os estudos a partir dessas perspectivas analíticas podem tratar não apenas do propósito das cotas eleitorais de promover a ascensão de mulheres a cargos políticos, mas também de como essas medidas afirmativas podem impactar as políticas de bem-estar das mulheres, bem como cada caso ou aplicação das cotas tem efeitos únicos pelas variáveis culturais e sociais de cada país e por seu potencial para gerar mudanças nos cenários político e social.

Bibliografia

- ADAMS, K. S. Moving towards gender parity: Female representation in national legislatures, 2001 and 2011. **International Journal of Interdisciplinary Social Sciences**, v. 6, n. 3, p. 55-74, 2011.
- ALLEN, N.; DEAN, J. No (parliamentary) gender gap please, we're British. **Political Quarterly**, v. 79, n. 2, p. 212-220, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.2008.00924.x>
- ÁLVARES, M. L. M. Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582008000400004>
- ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). **Brasil, 15 anos depois do Cairo**. Campinas: ABEP/UNFPA, 2009. p. 121-223.
- ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 23-59, 2009.
- ARAÚJO, C. Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 52, p. 45-77, 2001.
- ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-215, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013>
- BAEKGAARD, M.; KJAER, U. The gendered division of labor in assignments to political committees: Discrimination or self-selection in Danish local politics? **Politics and Gender**, v. 8, n. 4, p. 465-482, 2012. <https://doi.org/10.1017/S1743923X12000499>
- BALTRUNAITE, A. *et al.* Gender quotas and the quality of politicians. **Journal of Public Economics**, v. 118, p. 62-74, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2014.06.008>
- BAUER, G.; BURNET, J. E. Gender quotas, democracy, and women's representation in Africa: Some insights from democratic Botswana and autocratic Rwanda. **Women's Studies International Forum**, v. 41, n. 2, p. 103-112, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.05.012>
- BENSTEAD, L. J. Why Quotas Are Needed to Improve Women's Access to Services in Clientelistic Regimes. **Governance**, v. 29, n. 2, p. 185-205, 2016. <https://doi.org/10.1111/gove.12162>
- BERRIANE, Y. The micropolitics of reform: gender quota, grassroots associations and the renewal of local elites in Morocco. **Journal of North African Studies**, v. 20, n. 3, p. 432-449, 2015. <https://doi.org/10.1080/13629387.2015.1017815>
- BUCKLEY, F.; MARIANI, M.; WHITE, T. J. Will legislative gender quotas increase female representation in Ireland? A feminist institutionalism analysis. **Representation Journal of Representative Democracy**, v. 50, n. 4, p. 471-484, 2014. <https://doi.org/10.1080/00344893.2014.988743>
- CABRERA, E. P.; CERNA, D. C. La importancia de las instituciones y la organización de las mujeres: El cumplimiento de la cuota de género en las elecciones federales Mexicanas de 2012. **Política y Gobierno**, v. 21, n. 2, p. 291-325, 2014.
- CAMINOTTI, M.; FREIDENBERG, F. Electoral Federalism, the Federalismo electoral, fortaleza de las cuotas de género y representación política de las mujeres en los ámbitos subnacionales en Argentina y México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 61, n. 228, p. 121-144, 2016. [https://doi.org/10.1016/S0185-1918\(16\)30042-3](https://doi.org/10.1016/S0185-1918(16)30042-3)

- CHEN, L.-J. Impact of female legislators on support for honest government. **International Journal of Development Issues**, v. 12, n. 2, p. 158-174, 2013. <https://doi.org/10.1108/IJDI-11-2012-0073>
- CLAYTON, A. Women's Political Engagement Under Quota-Mandated Female Representation: Evidence From a Randomized Policy Experiment. **Comparative Political Studies**, v. 48, n. 3, p. 333-369, 2015. <https://doi.org/10.1177%2F0010414014548104>
- CORREA, S. R.; MACHADO, R. L. Análise bibliométrica de publicações na temática do big data utilizando o VOSviewer. **Gestão, Inovação e Negócios**, v. 4, n. 1, p. 9-14, 2018. <https://doi.org/10.29246/2358-9868.2018v4i1.p01-12>
- DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora UnB, 2001.
- DAVIDSON-SCHMICH, L. K. Implementation of political party gender quotas: Evidence from the German Länder 1990-2000. **Party Politics**, v. 12, n. 2, p. 211-232, 2006. <https://doi.org/10.1177%2F1354068806061338>
- FORMAN-RABINOVICI, A.; SOMMER, U. Reproductive health policy-makers: Comparing the influences of international and domestic institutions on abortion policy. **Public Administration**, v. 96, n. 1, p. 185-199, 2018. <https://doi.org/10.1111/padm.12383>
- GALVÃO, C. M.; SAWADA, N.O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 549-556, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692004000300014>
- GAME, C. Twenty-nine per cent women councillors after a mere 100 years: Isn't it time to look seriously at electoral quotas? **Public Policy and Administration**, v. 24, n. 2, p. 153-174, 2009. <https://doi.org/10.1177%2F0952076708100877>
- GÓRECKI, M. A.; KUKOŁOWICZ, P. Gender quotas, candidate background and the election of women: A paradox of gender quotas in open-list proportional representation systems. **Electoral Studies**, v. 36, p. 65-80, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2014.06.009>
- GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. Análise de cocitação de autores: um estudo teórico-metodológico dos indicadores de proximidade, aplicados ao GT7 da ANCIB. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 1, p. 196-213, 2013. <https://doi.org/10.18617/liinc.v9i1.527>
- HENNL, A.; KAISER, A. Ticket-balancing in mixed-member proportional systems. Comparing sub-national elections in Germany. **Electoral Studies**, v. 27, n. 2, p. 321-336, 2008. <http://dx.doi.org/10.1016/j.electstud.2008.02.001>
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. The developmental theory of the gender gap: women and men's voting behavior in global perspective. **International Political Science Review**, v. 21, n. 4, p. 441-463, 2000. <https://doi.org/10.1177%2F0192512100214007>
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Women in National Parliaments**. IPU, 2019. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- IRVINE, J. From Civil Society to Civil Servants: Women's Organizations and Critical Elections in Croatia. **Politics and Gender**, v. 3, n. 1, p. 7-32, 2007. <https://doi.org/10.1017/S1743923X07070055>
- JONES, M. P.; ALLES, S.; TCHINTIAN, C. Cuotas de género, leyes electorales y elección de legisladoras en América Latina. **Revista de Ciência Política**, v. 32, n. 2, p. 331-357, 2012. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2012000200001>

- JOSEFSSON, C. Who benefits from gender quotas? Assessing the impact of election procedure reform on Members of Parliament's attributes in Uganda. **International Political Science Review**, v. 35, n. 1, p. 93-105, 2014. <https://doi.org/10.1177%2F0192512113507797>
- KANTENGWA, M. J. The will to political power: Rwandan women in leadership. **IDS Bulletin**, v. 41, n. 5, p. 72-80, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2010.00168.x>
- KROOK, M. L. **Publications**. Disponível em: <<http://mlkrook.org/publications.php>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- KROOK, M. L. **Quotas for women in politics: gender and candidate selection reform worldwide**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- KROOK, M. L.; NORRIS, P. Beyond quotas: Strategies to promote gender equality in elected office". **Political Studies**, v. 62, n. 1, p. 2-20, 2014. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.12116>
- KROOK, M. L.; NUGENT, M. K. Intersectional institutions: Representing women and ethnic minorities in the British Labour Party. **Party Politics**, v. 22, n. 5, p. 620-630, 2016. <https://doi.org/10.1177%2F1354068816655564>
- LIJPHART, A. **Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in 36 Countries**. Nova Haven: Yale University Press, 1999.
- MCGREGOR, R. M. *et al.* Why so Few Women and Minorities in Local Politics?: Incumbency and Affinity Voting in Low Information Elections. **Representation Journal of Representative Democracy**, v. 53, n. 2, p. 135-152, 2017. <https://doi.org/10.1080/00344893.2017.1354909>
- MOHER, D. *et al.* Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, p. 1-6, 2009. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- MOREIRA, N. P.; BARBERIA, L. G. Por que elas são poucas? Uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 79, p. 38-56, 2016.
- MURRAY, R.; KROOK, M. L.; OPELLO, K. A. R. Why Are Gender Quotas Adopted? Party Pragmatism and Parity in France. **Political Research Quarterly**, v. 65, n. 3, p. 529-543, 2012. <https://doi.org/10.1177%2F1065912911414590>
- NORRIS, P. **Articles**. Disponível em: <<https://www.pippanorris.com/articles/>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- NORRIS, P. Fast track strategies for women's representation in Iraq and Afghanistan: choices and consequences. *In*: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, Filadélfia, 2006. **Anais [...]**. 2006.
- NORRIS, P. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013.
- ONU MULHERES. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- OPELLO, K. A. R. Electorally threatening women? Understanding gender quotas in the French socialist party. **Journal of Women, Politics and Policy**, v. 28, n. 1, p. 9-34, 2006. https://doi.org/10.1300/J501v28n01_02
- PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PILET, J.-B.; FIERS, S. The last obstacles on the way towards gender-parity in the Belgian regional elections. **Swiss Political Science Review**, v. 14, n. 4, p. 767-793, 2008.

- RAMIREZ, F. O.; SOYSAL, Y.; SHANAHAN, S. The Changing Logic of Political Citizenship: Cross-National Acquisition of Women's Suffrage Rights, 1890 to 1990. **American Sociological Review**, v. 62, n. 5, p. 735-745, 1997. <http://doi.org/10.2307/2657357>
- RODELO, F. V. Gender disparities in the media coverage of local electoral campaigns in Mexico. **Cuadernos.info**, v. 39, p. 87-99, 2016. http://doi.org/10.7764/cdi.39.965_2
- SACCHET, T. Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. **Cadernos Adenauer**, v. XIV, n. 2, p. 85-107, 2013.
- SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- SANCHEZ, B. R. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 80, p. 103-117, 2017.
- SANTOS, M. H.; AMÂNCIO, L.; ALVES, H. Gender and politics: The relevance of gender on judgements about the merit of candidates and the fairness of quotas. **Portuguese Journal of Social Science**, v. 12, n. 2, p. 133-149, 2013. http://dx.doi.org/10.1386/pjss.12.2.133_1
- SCHWINDT-BAYER, L. A. Making quotas work: The effect of Gender quota laws on the election of women. **Legislative Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 5-28, 2009. <https://doi.org/10.3162/036298009787500330>
- SCOPUS. **Pesquisa pelos termos "TITLE-ABS-KEY ((woman OR women) AND (election OR electoral) AND ("gender quota" OR "gender quotas") AND female)".** Disponível em: <<https://goo.gl/hpqEUR>>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- SCOPUS. **Scopus Content Coverage Guide.** Elsevier, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2PhXm8d>>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- SHAIR-ROSENFELD, S. The alternative incumbency effect: Electing women legislators in Indonesia. **Electoral Studies**, v. 31, n. 3, p. 576-587, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2012.05.002>
- SPECK, B. W. O efeito contagiante do sucesso feminino: A eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 57-75, 2018. <http://doi.org/10.25222/larr.398>
- STOCKEMER, D.; TREMBLAY, M. Federalism and Women's Representation: Do Federations have more Women Legislators than Centralized States? **Publius The Journal of Federalism**, v. 45, n. 4, p. 605-625, 2015. <https://doi.org/10.1093/publius/pjv010>
- TARTAKOFF, L. Y. Ethnic Identity and Gender in Pluralist Perú. **Society**, v. 53, n. 1, p. 67-75, 2016. <https://doi.org/10.1007/s12115-015-9974-3>
- TRIPP, A. M.; KANG, A. The global impact of quotas: On the fast track to increased female legislative representation. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 3, p. 338-361, 2008. <https://doi.org/10.1177/00220010414006297342>
- VOSVIEWER. Centre for Science and Technology Studies. **Portal.** Holanda: Leiden University. Disponível em: <<http://www.vosviewer.com/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- WALSH, I.; RENAUD, A. Reviewing the literature in the IS field: Two bibliometric techniques to guide readings and help the interpretation of the literature. **Systèmes D'information & Management**, v. 22, n. 3, p. 75-115, 2017.
- WYLIE, K.; DOS SANTOS, P. A Law on Paper Only: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures. **Politics and Gender**, v. 12, n. 3, p. 415-442, 2016. <https://doi.org/10.1017/S1743923X16000179>

Resumo

Cotas eleitorais para mulheres: análise bibliográfica da pesquisa científica nas Ciências Sociais

As cotas eleitorais para mulheres surgem como uma ação afirmativa que visa a alterar o persistente quadro da baixa representação parlamentar feminina. Este artigo apresenta os resultados da pesquisa de revisão sistemática da literatura das Ciências Sociais quanto à avaliação do campo sobre essas ações. As análises tiveram como fonte a base de dados Elsevier Scopus, da qual foram selecionados 33 artigos cujos metadados submeteram-se ao teste de cocitação do *software* bibliométrico VOSviewer. Os resultados identificaram dois *clusters* referentes às dimensões dos estudos sobre mulheres, cotas e eleições. Dos artigos analisados, 26 apresentam um posicionamento claro em relação às cotas eleitorais para mulheres e a maioria avalia de maneira positiva a efetividade da ação como mecanismo para o aumento da presença feminina na política. Os estudos ressaltam que fatores de ordem institucional, social e cultural influenciam diretamente a participação das mulheres nas esferas legislativas de poder.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Eleições; Cotas; Revisão bibliográfica.

Abstract

Female electoral quotas: a bibliographic analysis on the scientific research in the Social Sciences

Female electoral quotas arise as an affirmative action aimed at altering the persistent picture of low female parliamentary representation. In this sense, we perform a systematic literature review on the Social Sciences studies regarding the field evaluation on these actions. We analyzed 33 articles selected from the *Elsevier Scopus* database whose metadata were submitted to the co-citation test of the *VOSviewer* bibliometric software. The research results showed two distinct clusters regarding the dimensions of studies on women, quotas and elections. From the analyzed articles, 26 present a clear position regarding the electoral quotas for women and most of them positively evaluate the effectiveness of the action as a mechanism to increase female presence in politics. The studies on the subject matter also point out that institutional, social and cultural factors directly influence women's participation in the legislative spheres of power.

Keywords: Gender; Women; Elections; Quotas; Bibliographic review.

Resumé

Quotas électorales pour les femmes : analyse bibliographique de la recherche scientifique en sciences sociales

Les quotas électorales pour les femmes visent à changer le cadre persistant de faible représentation parlementaire de ce groupe. Ce travail vise à analyser, à travers une revue systématique de la littérature, la production dans le domaine des sciences sociales concernant cette action. La base de données Scopus est utilisée comme source, à partir de laquelle 33 articles ont été sélectionnés. Les métadonnées de ces articles ont été analysées avec le test de cocitation du logiciel bibliométrique VOSviewer. Deux groupes ont été identifiés concernant les dimensions des études sur le sujet. Parmi les articles analysés, 26 présentent une position claire sur les quotas électorales pour les femmes et évaluent de manière très positive l'efficacité de l'action en tant que mécanisme permettant d'accroître la présence politique des femmes. Il est également souligné comment les facteurs institutionnels, sociaux et culturels ont influencé directement ce résultat.

Mots-clés : Le genre ; Les femmes ; Les élections ; Les quotas ; Revue de la littérature.

